

O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL E OS DESAFIOS À SUA MATERIALIZAÇÃO ANTE O CONTEXTO DE REORGANIZAÇÃO DO CAPITAL

Lucimara Caires Moraes
UNESPAR/ Campus Apucarana

Luciane Francielli Zorzetti Maroneze
UNESPAR/ Campus Apucarana

RESUMO: O objetivo deste artigo está em lançar reflexões quanto à materialização do Projeto-Ético Político profissional do assistente social no contexto da reestruturação do capital nas últimas décadas. Trata-se de uma investigação que busca responder a seguinte problemática: em que medida as condições de trabalho dos assistentes sociais interferem na materialização do Projeto Ético-Político. Como procedimento metodológico adotou-se a pesquisa qualitativa e pesquisa bibliográfica com a discussão de autores que problematizam tal questão. A partir da análise dos dados, concluiu-se que muitos dos profissionais atuam apartados da visão de totalidade na compreensão dos fenômenos sociais, bem como da latente precarização das condições de trabalho que obstaculizam a materialização do Projeto Ético-Político, lançando desafios ao profissional que busca concretizar sua prática na perspectiva da efetivação dos direitos e na ampliação de canais que permitam a interlocução crítica e posicionamento político, ante às formas degradantes de exploração do trabalho.

Palavras-Chave: Reorganização do Capital; Serviço Social; Projeto Ético-Político,

Introdução

Este artigo, embalado pelo projeto de iniciação científica de parceria da UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná, Campus de Apucarana-PR, com a Fundação Araucária, no período de outubro de 2012 a outubro de 2013, foi motivado a partir da pesquisa do projeto: “As condições de trabalho dos assistentes sociais dos espaços sócio-ocupacionais da esfera pública dos municípios do Vale do Ivaí”, desenvolvida por docentes do curso de Serviço Social e tem como objetivo, desvendar algumas nuances acerca do que é o projeto ético político e refletir sobre os desafios de sua materialização. O que de certo modo, ainda se faz tão complexo e mesmo desconhecido por muitos profissionais assistentes sociais.

Segue-se em busca de compreender as atuais condições de trabalho e o que elas implicam e/ou interferem na materialização do projeto ético-político profissional. Sendo assim, qualquer análise que perpasse as atuais condições de trabalho dos profissionais

assalariados, sobretudo do Assistente Social¹, vai demandar retratar, ainda que concisamente, a contextualização das mudanças no âmbito do trabalho, a partir de uma compreensão econômica, social e política.

Há que se pontuar que a análise acerca do objeto dar-se-á numa perspectiva histórica, que permite compreender as metamorfoses do mundo social do trabalho, bem como as interferências ante a materialização do projeto profissional dos assistentes sociais. Considera-se, portanto os condicionantes econômicos, sociais e políticos do objeto em questão, apartando-se de uma análise isolada e fenomênica dos problemas. Denota-se que os fatos não podem ser vistos isoladamente, como se os impasses surgissem do acaso e fossem naturalmente inelimináveis, o que significa observar os nexos causais relacionados às formas de produção e reprodução sociais capitalistas.

A análise dos dados coletados permitiu lançar-se ao desafio de apontar limites e possibilidades quanto à materialização do projeto ético-político na atualidade, daí sua relevância científica e acadêmica, até porque, na revisão bibliográfica há poucos estudos relacionados, tanto no que diz respeito às condições de trabalho dos assistentes sociais², quanto ao que contemple, de modo mais aprofundado, os desafios da materialização do projeto ético-político profissional.

Com relação aos procedimentos metodológicos, utilizou-se da pesquisa qualitativa, incluindo estudo de campo, sendo que este último se deu no período de julho a agosto de 2013, junto aos assistentes sociais, supervisores de estágio dos alunos do curso de Serviço Social da UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná, Campus de Apucarana-PR, que atuam nos diferentes espaços sócio-ocupacionais relacionados a esfera pública e organizações da sociedade civil.

De acordo com a análise dos dados, verificou-se que os profissionais pouco explanaram sobre a relevância da compreensão sobre a precarização das condições de trabalho e suas implicações frente aos desafios da materialização do projeto ético-político profissional, que muitas vezes, transfiguram os caminhos entre a teoria e a prática.

A estrutura deste artigo segue no sentido de apontar o projeto ético-político e os desafios frente à reorganização do capital, perpassando os invólucros da teoria e da prática

¹ Yamamoto (1999, p. 111-128) expõe que “O assistente social é um trabalhador assalariado que vende a sua força de trabalho especializada para entidades empregadoras – o Estado, empresas privadas, entidades filantrópicas e outras organizações em troca de salário. Esse processo faz com que o trabalho profissional ingresse no universo da mercantilização”.

² Sobre essa questão Raichelis (2011) ressalta as poucas produções teóricas sobre o tema. Segundo a autora, é escasso o acervo de pesquisas que delimitam como objeto de investigação os próprios profissionais assistentes sociais que vivenciam situações de intensificação de seu trabalho e a transgressão de seus direitos.

profissional, desvelando algumas percepções de assistentes sociais quanto à materialização do projeto ético-político e, por último, as considerações finais.

1. O projeto ético-político e os desafios frente à reorganização do capital

Identificar as transformações no mundo do trabalho no contexto da mundialização do capital é essencial para o entendimento dos desafios da profissão de assistente social, bem como a sua busca pela materialização do projeto ético-político profissional, isso porque o projeto não pode ser discutido por ele mesmo: é preciso situá-lo no tempo histórico de referência.

Não é de hoje que os impactos do sistema capitalista vêm alterando o modo de vida da população, acentuando às desigualdades e elevando o grau de exploração e pobreza. A avalanche dos valores neoliberais, impulsionados pelos países centrais e pelos organismos internacionais, como: Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, marcaram novos padrões de organização dos Estados em suas esferas federal, estadual e municipal. Ajustes estruturais se perfizeram e o Estado, atrelado aos interesses de ordem burguesa, efetuou cortes nas áreas dos direitos sociais, expressos nas políticas públicas. Desde a crise de 1970 para cá, enfrenta-se a ideia de um suposto conformismo de um Estado mínimo.

Na linha de frente, o assistente social ao mesmo tempo em que está inserido no “mundo do trabalho”, enfrentando os desafios da precarização, deve, a partir de suas atribuições e competências, propor ações no intuito de ampliar a garantia dos direitos na perspectiva do projeto profissional que é coletivo.

Pensar o Serviço Social nas últimas décadas, bem como seu projeto ético-político, requer segundo Netto (1999), compreender que tal projeto, no Brasil, inicia-se na transição da década de 1970 a 1980, especificamente no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), denominado também de Congresso da Virada, em 1979. Nas palavras de Abramides (2006, p. 05), “[...] o III CBAS é a referência coletiva e pública do projeto profissional de ruptura com o conservadorismo definindo sua direção sociopolítica de compromisso com os interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora”.

Silva e Silva (2009) faz um interessante apontamento dos desafios contemporâneos à implementação do projeto ético-político que passam pelas metamorfoses do capital, pelas recentes mudanças no mundo do trabalho e pelo ideário neoliberal, o que significa dizer que às novas configurações que caracterizam o atual mundo do trabalho, com formas cada vez mais precárias de exploração da força de trabalho, colocam ao trabalhador, inclusive ao

assistente social, o desafio de lidar, constantemente, com as incertezas de um mercado regulado por mecanismos cada vez mais flexíveis, que tendem a suprimir os direitos sociais conquistados historicamente pelos próprios trabalhadores.

Segundo Alves (2009), a precarização do trabalho deve ser analisada como uma ofensiva do capital à subjetividade do trabalhador, mediada pela constituição de um mercado cada vez mais fragmentado, que tende a desqualificar a força de trabalho humana. Consiste, portanto, na manipulação da subjetividade por meio da incorporação de conteúdos ideológicos que subvertem a identidade do trabalhador aos valores empreendidos na esfera produtiva, onde os valores de mercado se sobrepõem aos valores humanos.

Nesse contexto, como aponta Raichelis (2011), a exploração envolve tanto os aspectos objetivos, relacionados à precarização das condições de emprego e salário, quanto os subjetivos, que envolvem a manipulação do poder criativo e crítico do trabalhador. Aspectos objetivos e subjetivos se correlacionam à inserção do projeto ético-político junto à atuação profissional, apontando limites e possibilidades.

A grande problemática em foco centra-se no fato de que, se por um lado, a partir das condicionalidades, sobretudo subjetivas, discutem-se as possibilidades da materialização do projeto ético-político, por outro, percebem-se também os limites, posto que toda ação profissional dependerá da disponibilidade da ferramenta de trabalho do assistente social, os recursos que ele possui, as razões que lhe são pertinentes, o conhecimento que ele detém sobre a análise dessa relação contraditória entre capital e trabalho.

Silva (2010) retrata que falar dos princípios do projeto profissional, perpassando pela análise da autonomia, ainda que relativa do assistente social, requer avaliar tal condição com os embates impostos pelo capitalismo, pois a demanda da atuação profissional não deriva daqueles que são alvo de seus serviços, os trabalhadores, mas de quem diretamente os remunera. Logo, identifica-se que a autonomia carece de ser defendida na dinâmica do cotidiano profissional, uma vez que está atrelada, não raro, a interesses capitalistas que imperam na gestão das políticas públicas sociais e na contratação do assistente social.

Segundo Dagnino (2004), os profissionais na busca pela construção e materialização do projeto ético-político, se deparam de um lado, com o projeto neoliberal que se instala em nosso país ao longo das últimas décadas e, de outro, um projeto democratizante, participativo, que emerge a partir das crises dos regimes autoritários e dos diferentes esforços nacionais de aprofundamento democrático, o que acentua os desafios que os assistentes sociais precisam enfrentar diante do ideal e da realidade em que estão inseridos.

O que se denota é que as políticas neoliberais operadas no final do século XX e início do século XXI vêm repercutindo expressivamente no amparo aos direitos sociais, colidindo-se com a universalidade, integralidade, igualdade/liberdade, e tantas outras garantias fundamentais expressas, dentre outros, no Código de ética profissional. Por sua vez, o projeto ético-político, em sua dimensão ética, jurídica e política contraria os valores proclamados pelo pensamento neoliberal, pautado na defesa do individualismo, competitividade, etc. Confrontam-se valores mercadológicos da sociedade com a reconfiguração do trabalho onde se propaga, cada vez mais, as precarizações das condições de vida do trabalhador.

2. Percepções dos assistentes sociais sobre a materialização do projeto ético-político profissional e os dilemas ante a precarização do trabalho

Atentando-se para a problemática da pesquisa, qual seja: em que medida as condições de trabalho dos assistentes sociais interferem na materialização do projeto ético-político profissional, aplicou-se um questionário com cinco perguntas semiestruturadas com questões objetivas e dissertativas referentes ao projeto ético-político profissional, de modo que tais respostas conduziram a uma análise dos rumos para que seguem teoria e prática profissional.

Cabe observar que a escolha de supervisores de estágio como sujeitos de pesquisa não foi aleatória, mas, se deu em razão da importância de tais profissionais na formação de alunos estagiários e, conseqüentemente, da proximidade que possuem frente às dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas da profissão.

Ressalta-se que, apesar do planejamento para a entrega e devolução de 52 questionários, apenas 30 retornaram em tempo hábil para a análise aqui proposta. Dentre os 30, cinco profissionais recusaram-se a responder e os demais, em sua grande maioria, foram um tanto evasivos, tendo apresentado respostas incompletas ou fragmentadas quanto a compreensão sobre o projeto ético-político, muitas vezes confundindo-o ou limitando-o com o código de ética.

Na sistematização dos dados, houve 04 profissionais que não souberam responder às questões, deixando o espaço de suas respostas em branco; 01 assumiu que realmente desconhece qualquer informação quanto ao projeto ético-político. Nessa análise, pode-se dizer que não dá para fazer um estudo isolado do porquê destas respostas, visto que são dados que

expressam uma realidade que merece ser examinada dentro de um contexto, até mesmo para repensar estratégias que contribuam para um fazer profissional competente.

Além disso, percebe-se que esses dados trazem elementos importantes para análise, visto que a proposição de tal pesquisa vem para contribuir na criação de um futuro espaço de interlocução com os profissionais da prática, na perspectiva de, conforme bem salientam Menezes e Lustosa (2010, p. 115), [...] reavivar o debate com segmentos que constituem a totalidade da categoria: docentes, supervisores de estágio, discentes, CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO, para rever estratégias que ampliem e assegurem os propósitos do projeto ético-político profissional.

Iamamoto (2002) assinala caminhos que podem aproximar e fortalecer o conjunto da categoria de assistentes sociais no horizonte do projeto ético-político, tais como aprofundamento do debate sobre o exercício profissional em suas várias inserções, estímulo à produção acadêmico-profissional, troca de experiências entre profissionais, haja vista suas diferentes atuações sobre questão social e políticas sociais, e elaboração e publicação de textos sobre atividades e funções desempenhadas no que tange à área, matéria e unidade do Serviço Social.

Perguntado aos assistentes sociais pesquisados sobre quais as barreiras encontradas para a concretização do projeto ético-político, 01 profissional diz que não há barreiras impostas para a materialização do projeto e 01 entende que a barreira resulta na falta das famílias procurarem um atendimento.

Contrariando tais argumentos, 10 profissionais entendem barreiras como aquelas que resultam das precárias condições de trabalho, tais como falta de recursos físicos (equipamentos ou espaço adequados), piso salarial, baixos salários, etc.; falta de recursos humanos, ou seja, desemprego, precárias contratações de trabalho, falta de compreensão do projeto ético-político e das atribuições profissionais, além do excesso/sobrecarga de trabalho. Inclui-se, nessa questão, a falta de investimento em políticas públicas e baixa resolutividade da rede.

Do total de profissionais, 08 entendem como barreiras à materialização do projeto ético-político a falta de conhecimento da profissão de assistente social por parte da instituição empregadora, da sociedade ou de outros profissionais ou setores como os da saúde, educação, poder judiciário, etc.

Na análise dos questionários, percebe-se a fragilidade na resposta e esvaziamento de conteúdo, pois, no caso de uma assistente social, questionada se na prática tem conseguido viabilizar os princípios legais contidos no projeto, ela responde:

[...] Em algumas situações sim, mas ainda existem usuários que “preferem” ficar dependendo do assistencialismo. (Entrevistada 01).

Observa-se que essa resposta reducionista, tão presente no ideário neoliberal que culpabiliza o usuário pelas precariedades, miserabilidades, interfere na construção de estratégias comprometidas com a efetiva política pública social, que atenda a população firmando os direitos e valores fundamentais, como por exemplo, o direito à vida, saúde, educação, segurança, etc.

Há profissionais que se utilizam do seguinte argumento ao serem questionados sobre a mesma questão, ou seja, se na prática viabilizam os princípios contidos no projeto ético-político:

[...] relativamente, pois a maioria das ações não depende somente do Assistente Social, dependendo do empenho de outros profissionais, de outros setores, como educação, saúde, etc. Depende também da consciência do próprio usuário. (Entrevistada 16).

Perguntados sobre qual a compreensão que possuem quanto ao projeto ético-político, destacaram-se diversas respostas um tanto incompletas como, por exemplo:

[...] Compromisso com a competência profissional [...] (Entrevistada 03).
 [...] Luta por uma sociedade de igualdade e equidade social [...] (Entrevistada 05).
 [...] Projeto que norteia a profissão, é o que sustenta nossas ações [...] (Entrevistada 11).
 [...] Serve para referência à prática profissional (Entrevistada 21).

Notou-se que grande parte dos profissionais respondeu de forma genérica, o que revela o caráter fragmentado da compreensão totalitária do projeto profissional. Nesse sentido, refletir o projeto ético-político do serviço social parece não ser uma tarefa tão simples assim. A começar por sua conceituação, BRAZ (1996, p. 02) esclarece:

Mas, afinal, o que é o Projeto ético-político profissional do Serviço Social? (...) o termo “projeto” pode dar a ideia, extremamente legítima, de que haveria uma sistematização mais objetiva do mesmo, onde se suporia a existência de um documento único que o expressasse (...) a questão é mais complexa e envolve outros elementos, inclusive variados documentos políticos e legais afins à profissão, em torno de uma determinada valoração ética (...)

Outro profissional pesquisado atribui ao projeto ético-político profissional o sentido de receituário para nortear a atuação, como se ele fosse um modelinho pronto, um manual de instruções para a prática profissional. Perguntada sobre qual é sua compreensão do projeto ético-político profissional, ela responde: “visa ao profissional, como lidar com o usuário e demais situações na atuação”. (Entrevistada 22).

Quanto a esse entendimento, Forti e Guerra (2010, p.5) tecem importantes considerações:

Em outros termos, é a ideia que se alimenta de uma concepção que considera possível a aplicação da teoria na prática, captando as Teorias Sociais como um conjunto de regras, modelos, procedimentos e referências instrumentais precisas, capazes de serem diretamente aplicáveis na realidade, produzindo o efeito ou produto previsto e/ou desejado.

Ocorre que o projeto ético-político não é algo que nos é dado, é construído, e que, portanto, depende de uma série de fatores a ser discutidos, aperfeiçoados. Tanto é assim, que se torna um tanto limitado dizer, inclusive, que o projeto ético-político é apenas a somatória do Código de Ética do Assistente Social (1993) com a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993) e as Diretrizes Curriculares norteadoras da formação acadêmica (ABESS/CEDEPSS, 1996, 1997; MEC-SESU/CONESS/Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social, 1999; MEC-SESU, 2001), é o somar-se sim, mas é, também, mais que isso.

O que dá materialidade ao projeto ético-político, segundo Teixeira e Braz (2009), são as três dimensões articuladas entre si, a saber: a dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social, (onde estão sistematizadas as diversas modalidades práticas da profissão), a dimensão político-organizativa da categoria (onde as características gerais do projeto podem ser conformadas, reformuladas e reafirmadas) e a dimensão jurídico-política da profissão (onde se encontra o conjunto de leis, resoluções, documentos políticos e normativos aprovados e recomendados para aplicação, seja em âmbito estritamente profissional, seja em caráter mais abrangente que abarca direitos e sociedade).

Trata-se de um projeto que, por referir-se às questões de ordem ética, política e econômica, expressa certa complexidade, uma vez que há condicionantes que interferem na dinâmica societária, podendo alterar inclusive as dimensões e/ou alicerces deste projeto.

Neste artigo, consideram-se os diversos contrapontos apresentados por diferentes profissionais quanto a materialização do projeto ético-político, mas compactua-se com autores que já o estudam e desmistificam a ideia de que “na teoria a prática é outra”, pois o projeto

não pode ser visto como se fosse algo muito mais idealizado por aqueles profissionais que lidam com a pesquisa do que aqueles que pouco o reconhecem na prática. Nesse sentido, Silva (2008, p. 194-195) expõe:

“É frequente no meio do Serviço Social se ouvir a expressão “na teoria é uma coisa na prática é outra”, o que não é bem verdade. O argumento de que a teoria é uma coisa e a prática outra pode conduzir ao comodismo, ao fatalismo, ao burocratismo, e o profissional passa a se esconder atrás dos chamados limites institucionais. A prática não pode ser feita sem reflexão e sem suporte teórico, e a teoria não pode ser construída distante da prática, distante das situações concretas que se mostram no cotidiano profissional. Se o Serviço Social atua numa relação conflituosa entre o capital e o trabalho, e a teoria indica isto ao assistente social, ele não pode esperar uma sociedade idealizada, com condições favoráveis para a prática profissional”.

Alguns assistentes sociais concebem o projeto mais como uma utopia do que uma realidade alcançável e/ou possível, quando na verdade o que não se pode perder é o liame entre a teoria e a prática, uma vez que ambas são complementares para a atuação profissional.

Para revelar o que está sendo pontuado, traz-se a fala de uma das assistentes sociais entrevistada, sobre sua compreensão do projeto ético-político:

[...] por mais belos que sejam os ideais pregados pelo PEP, as barreiras enfrentadas no cotidiano acabam tornando clara a sua inaplicabilidade prática. (Entrevistada 04).

Iamamoto (2010, p. 26) expõe que o grande desafio para a efetivação do projeto ético-político profissional é “torná-lo um guia efetivo para o exercício profissional [...] o que exige um radical esforço de integrar o dever ser com sua implementação prática, sob o risco de se deslizar para uma proposta ideal, abstraída da realidade histórica”. Teixeira e Braz (2009, p. 11) reforçam:

É preciso ter a clareza absoluta do que isso significa para não incorrer, novamente como diz Iamamoto (1992), nem no voluntarismo político-profissional para o qual basta a boa vontade e um ideal para se transformar a realidade e nem no fatalismo para o qual não há alternativas na realidade, pois ela seria um dado factual e imutável. Mais ainda: é necessária a mesma clareza para se compreender as dificuldades que estão postas cotidianamente para os (as) assistentes sociais em suas variadas inserções profissionais

Deparam-se, cada vez mais, profissionais que se conflitam com as teorias e o que fazer com elas na prática. Enquanto não houver uma visão de totalidade, as ações continuarão sendo limitadas frente às obstaculizações à materialização do projeto ético-político.

Considerações finais

O assistente social atua em campo minado de contradições, e isso não é uma tarefa exclusiva da profissão. Entretanto, em seu projeto profissional, a categoria tem o condão de respaldar suas ações na perspectiva de uma sociedade emancipada, contudo, há, ainda, muito que se discutir a respeito, pois, pelo que se observa junto às respostas trazidas pelos profissionais entrevistados (assistentes sociais atuantes), é que as precárias condições de trabalho e os impactos dos interesses do capital interferem no fazer e pensar a profissão, contribuindo para a manutenção de discursos que apontam supostos “entraves” entre a prática e a formação teórica.

Apesar dessas constatações trazidas nesse estudo, verificou-se que poucos assistentes sociais, sujeitos dessa pesquisa, compreendem como barreiras impostas ao projeto ético-político profissional as precárias condições de trabalho, tais como: falta de recursos físicos (equipamentos ou espaço adequados), piso salarial, baixos salários. Ou seja, as condições de trabalho e as tendências que apontam sua precarização não foram apontadas pela maioria dos profissionais como elemento capaz de interferir na materialização do projeto. Talvez a resposta a esta questão esteja no fato de que, possivelmente, muitos assistentes sociais não se reconhecem como classe trabalhadora.

A partir da análise dos dados, concluiu-se que muitos dos profissionais atuam apartados da visão de totalidade na compreensão dos fenômenos sociais, bem como da latente precarização das condições de trabalho e o que elas implicam frente aos desafios da materialização do projeto ético-político. Aponta-se que na qualidade de supervisor de estágio, o entendimento fragilizado acerca do projeto ético-político pode interferir na própria supervisão.

Observou-se que o entendimento dos profissionais acerca do Projeto ético-político limita-se às disposições contidas no Código de Ética, o que de certa forma reforçam práticas conservadoras e fragmentadas que obstaculizam a consolidação de um projeto que favoreça os direitos sociais dos trabalhadores e a superação da barbárie social.

REFERÊNCIAS

- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O projeto ético-político profissional do Serviço Social**. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.
- ALVES, Giovanni. **A condição de proletariedade**: a precariedade do trabalho no capitalismo global. Londrina: Práxis, 2009.
- BRAZ, Marcelo. Notas sobre o projeto ético-político. In: **Assistente Social: Ética e Direitos**. 3ª ed. (rev. e ampl). Rio de Janeiro: CRESS, 1996 (Coletânea de leis e resoluções).
- BRAZ, Marcelo. TEIXEIRA, Joaquina Barata. **O projeto ético-político do Serviço Social**. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- DAGNINO, Evelina. **Construção democrática, neoliberalismo e participação**: os dilemas da confluência perversa. *Política e Sociedade* n. 05, out. de 2004.
- FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. Na prática a teoria é outra? In: **Serviço Social: Temas, Textos e Contextos: coletânea nova de serviço social/ Valéria Forti, Yolanda Guerra (org)**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- IAMAMOTO, Marilda. O trabalho do Assistente Social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social. In: **Capacitação em Serviço Social e política social: Módulo I**. Brasília: UaB, CFESS, 1999.
- _____. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: **Atribuições privativas do(a) assistente social em questão**. Brasília: CFESS(Org), 2002.
- _____. **O serviço social na cena contemporânea**. Disponível em http://cressmt.org.br/upload/arquivo/pos_graduacao_cfess_2010.pdf, acessado em 03/09/2013.
- MENEZES, Maria Thereza; LUSTOSA, Maria das Graças. Reflexões sobre o ensino da prática no Serviço Social e os impasses para a consolidação do projeto ético-político profissional. In: **Serviço Social: Temas, Textos e Contextos: coletânea nova de serviço social/ Valéria Forti, Yolanda Guerra (org)**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político profissional. In: CFESS/ABEPSS; CEAD/UnB (Org.). **Crise contemporânea, questão social e serviço social**. Capacitação em Serviço Social e política social: Módulo I. Brasília: CEAD/UaB, 1999.
- RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 107, p. 426, jul./set. 2011.

SILVA, Cláudio Gomes da. Serviço Social e reestruturação produtiva: entre a lógica do mercado e a defesa do projeto ético-político profissional. **Serviço Social e Sociedade** n. 94. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Solange dos Santos. **O processo de materialização do projeto ético-político do serviço social no trabalho do assistente social**. Porto Alegre, 2010. Dissertação de mestrado PUCRS, disponível em http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2724, acessado em 03/09/2013.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira. Trinta anos da revista Serviço Social e Sociedade: contribuições para o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade** 100. São Paulo: Cortez, 2009.